

GOVERNAR UNINDO OS MINEIROS

Este documento é um resumo das diretrizes e propostas que estarão em sua versão completa no Plano de Governo, a ser publicado em breve.

COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS

Ao postular ao Governo do Estado, assumimos com todos os mineiros cinco compromissos fundamentais:

1 Assumimos o compromisso de respeitar os preceitos democráticos da igualdade de todos perante a lei; da igualdade de oportunidades para todos; do respeito às garantias e às liberdades fundamentais, ao diálogo, ao direito de livre manifestação de opinião, à diversidade religiosa, de gêneros, de raças, de crenças, de ideologias e de opiniões. E nos comprometemos a respeitar as decisões tomadas por maioria, seja no país, no Estado, nas cidades ou dentro dos partidos.

2 Assumimos o compromisso de colocar em prática uma governança e uma gestão democrática e participativa, aberta a todos os mineiros, pautada pela tolerância zero para com a corrupção e os privilégios, que, para a sua manutenção, exige mais e mais sacrifícios da população e dos servidores. Assumimos o compromisso de também ter tolerância zero para com a improvisação, o descaso, o desperdício e a incompetência na gestão dos recursos públicos.

3 Assumimos o compromisso de sermos transparentes nas decisões, ações, resultados e gastos do nosso governo, destinando os recursos públicos para as ações que ofereçam maior benefício para a população. Sempre com base em planejamento orientado por dados e fatos, por forte controle de gastos e por avaliação de resultados. O governo é um instrumento da política para servir ao bem comum e temos que recuperar e disseminar o cuidado diário para com o interesse público, de modo a infundir confiança entre os cidadãos, os empreendedores e os investidores.

4 Assumimos o compromisso de continuar nos guiando pelos princípios da competência, da meritocracia e da eficiência, levando para a administração pública somente profissionais que tenham comprovada competência técnica nas áreas para as quais forem designados. E que estejam imbuídos do espírito público de agir em prol do bem comum, sempre comprometidos em realizar mais e melhor.

5 Assumimos o compromisso de trabalhar, como sempre o fizemos, de forma incansável, produtiva e comprometida com resultados e exigir o mesmo da nossa equipe direta e dos demais servidores. A crise que atravessamos será superada com muito trabalho, determinação, organização, competência, comprometimento e muita vontade política. Só

assim conseguiremos construir os consensos necessários para que todas as regiões do Estado possam se desenvolver e crescer com oportunidades iguais e sem privilégios. Todos os segmentos do funcionalismo, através de suas lideranças, serão convidados, acompanhado de as representações da sociedade, a encontrar conosco os melhores caminhos para transformar o governo em um excelente servidor dos mineiros.

PILARES DO PLANO DE GOVERNO

O Plano de Governo foi desenhado a partir destes pilares:

- 1 | QUALIDADE DA GESTÃO
- 2 | AJUSTE FISCAL
- 3 | SERVIÇOS PÚBLICOS
- 4 | CRESCIMENTO ECONÔMICO

O presente documento tem a intenção de abordar as linhas mestras do nosso Plano de Governo, contemplando os aspectos prioritários e dando a conhecer os princípios que guiarão a nossa administração. Contempla também as ações estratégicas que nos permitirão recuperar as forças do nosso Estado, retirá-lo dessa profunda crise na qual foi colocado, trazendo esperança e oportunidades para as pessoas que aqui moram e que têm direito a uma vida plena, organizada, segura, próspera e tranquila.

1 | QUALIDADE DA GESTÃO

Considerando o contexto de crise econômica e institucional que o novo governo enfrentará, será necessário trabalhar intensamente durante o período de transição.

Isso será essencial para conhecer a real situação fiscal, econômica e financeira do Estado e os principais projetos em andamento e descontinuados. E também para construir um arcabouço de informações, que servirá de base para o diálogo com as esferas de poder estadual e com os municípios.

Essas informações irão compor o Mapa Diagnóstico, a partir do qual será montado um Comitê de Crise, que desenvolverá um Planejamento Estratégico Geral para Minas Gerais. O planejamento será dividido em múltiplos planos estratégicos para todas as regiões do Estado. Estes, por sua vez, serão elaborados com a participação ativa dos municípios, das principais instituições empresariais, população e do novo Governo Federal, em um grande esforço conjunto de engajamento.

A divisão em planos permitirá ao Governador acompanhar, pessoalmente, não só a elaboração deles, mas também a sua implementação durante o governo. Será preciso ser ousado para criar expectativas dentro da realidade orçamentária e propor novos processos e métricas para melhorar a eficiência da administração pública estadual. E mais: fazer melhor, entregando resultados consistentes e expressivos para os cidadãos, apesar da limitação atual de recursos.

Um novo modelo de gestão deve estimular a eficiência, para construir indicadores fim em benefício da população, no curto, no médio e no longo prazo. Durante o processo de planejar as ações para um futuro melhor, alguns conceitos nortearão o modelo de gestão:

Reconhecimento e valorização do desempenho;

Excelência e efetividade;

Coragem para experimentar;

Integridade e espírito público;

Transparência e abertura;

Diversidade e pluralismo.

É fundamental ter em mente uma administração pública moderna, que vai além dos canais elétricos de atendimento. Uma administração moderna tem na automação a grande oportunidade de simplificar processos para melhorar a eficiência da máquina. Fortalece as controladorias, fiscaliza rigorosamente os contratos e reforça a transparência e o compromisso com a boa gestão.

Nesse sentido, uma nova agenda para a Gestão do Estado deve buscar:

- Combater a corrupção: a corrupção surge e se alimenta na falta de gestão, na administração malfeita. Teremos uma gestão com tolerância zero à corrupção, com a devida responsabilização dos agentes públicos que por ventura incorrerem em tais práticas;
- Definir prioridades e agendas de qualidade e produtividade para a Administração Pública: sujeitas a métricas de avaliação permanente, com o objetivo de melhorar os processos de formulação e de gestão das políticas, programas e ações;
- Comprometer a gestão pública com a melhoria dos indicadores sociais e econômicos de Minas Gerais: condição indispensável à entrega de bens e serviços de qualidade ao cidadão;
- Valorizar o papel dos municípios: tendo os Prefeitos como parceiros fundamentais no processo de governança, cumprindo, indispensavelmente, com os compromissos constitucionais de repasse e verbas.

De 2011 a 2017, o resultado acumulado das contas públicas do Estado de Minas Gerais registrou um déficit de R\$ 23,7 bilhões, em valores correntes. Somando-se o déficit esperado em 2018, superam-se os R\$ 30 bilhões. Isso corresponde a 30% do orçamento anual.

Com um déficit dessa magnitude, é praticamente impossível para o Estado manter investimentos e até realizar seus pagamentos em dia. A composição das despesas orçamentárias de 2017. Pessoal e encargos sociais representam o item mais expressivo (50,1%), enquanto que, aos investimentos, foram destinados apenas 3,3% dos recursos.

Todas as evidências disponíveis indicam que a situação fiscal e financeira do Estado de Minas é dramática, com altos gastos com pessoal, dívida elevada e problemas de liquidez, uma máquina pública inchada e absurdamente ineficiente.

É importante e inadiável realizar um profundo ajuste fiscal do Estado, sob pena de inviabilizar até a prestação dos serviços públicos essenciais à população mineira. Nesse sentido, propomos uma agenda que reúne medidas organizadas em três grandes eixos de atuação, expostos a seguir.

1º EIXO

FORMULAR E IMPLEMENTAR UMA ESTRATÉGIA DE AJUSTE E DE MELHORIA DA QUALIDADE DO GASTO

1 Formular e implementar estratégia de ajuste e equilíbrio fiscal sustentável:

A- Efetuar uma análise comparativa das melhores estratégias de equilíbrio fiscal postas em prática por estados e municípios no Brasil, em período recente.

B- Elaborar e negociar com o Governo Federal um Plano de Recuperação Fiscal, instrumento integrante do Regime de Recuperação Fiscal, objeto da LC Federal nº 159/2017, que visa ao reequilíbrio das contas públicas do Estado. Incluir, necessariamente, atenuação das medidas de austeridade previstas na Lei Federal.

C- Propor, negociar e obter apoios estratégicos (demais poderes, empresários, servidores e população) para viabilizar a aprovação legislativa de um “pacote” de ajuste e de equilíbrio fiscal, incluindo ajustes na Previdência Estadual, de modo a adequar a situação do Estado a atual realidade.

D- Instituir o Conselho Estadual de Responsabilidade Fiscal, com mandato de 5 anos. Será composto por representantes de todos os poderes, dos contribuintes e servidores e da sociedade civil, com relevância para a participação dos prefeitos. O Conselho terá como atribuições monitorar e fazer a gestão estratégica do desempenho fiscal do Estado.

2 Instituir e pôr em execução o Programa Estadual de Melhoria da Qualidade e Produtividade do Gasto Público:

A- Efetuar análise comparativa das melhores práticas e modelos de gestão em outros estados.

B- Estabelecer metas e programas focados na melhoria da produtividade dos principais serviços e órgãos públicos estaduais.

D- Captar assistência técnica nacional e internacional para a formulação e implementação dos programas de melhoria, garantindo a excelência técnica dos profissionais envolvidos.

2º EIXO

AMPLIAR A RECEITA PÚBLICA ESTADUAL SEM AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA, RECUPERAR PARTE DA DÍVIDA ATIVA E GERAR OUTRAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

1 Rever com urgência a matriz tributária mineira e empreender melhoria contínua dos mecanismos e da capacidade de arrecadação:

A- Reduzir progressivamente as assimetrias relativas a todos os setores produtivos, no Estado e fora dele, em relação às unidades mais competitivas da federação.

B- Intensificar a digitalização e a automação da arrecadação.

C- Combater a sonegação de impostos.

D- Adotar política de “tolerância zero” para com devedores reincidentes sem justa causa.

2 Revisar e aprimorar o sistema de incentivos fiscais:

A- Rever e melhorar a matriz de subsídios/incentivos: (i) reduzindo progressivamente assimetrias quanto aos vários regimes existentes e (ii) aquelas em relação aos resultados obtidos pelos Estados líderes, em cada setor beneficiado.

B- Reavaliar todas as isenções de impostos e taxas concedidas, de forma transparente e segundo critérios objetivos de efetividade e economicidade.

C- Analisar modelos de incentivos fiscais de outros Estados.

D- Definir um novo sistema de isenções fiscais eficientes e de impacto positivo na receita total (referência/arrecadação adicional).

E- Negociar novo modelo com os beneficiários, respeitando os contratos firmados e os direitos adquiridos.

3 Securitizar os recebíveis da dívida:

A- Analisar o perfil da dívida ativa e as características de sua recuperação.

B- Fazer comparação das melhores práticas no Brasil (níveis estadual e municipal).

C- Efetuar a modelagem jurídica e econômico-financeira das operações de securitização.

D- Aprovar as medidas legislativas necessárias inclusive para assegurar segurança jurídica às operações.

4 Vender ativos desnecessários ao desenvolvimento Estatal:

A- Realizar inventário geral dos bens imóveis do Estado e definir estratégia específica de desmobilização e destinação dos ativos imobiliários.

B- Efetuar a modelagem jurídica e econômico-financeira das operações de venda ou realocação dos ativos imobiliários.

C- Aprovar as medidas legislativas necessárias inclusive para assegurar segurança jurídica às operações.

D- Assegurar gestão especializada e profissional da operação de venda ou realocação dos ativos imobiliários.

5 Reduzir participações do Estado em empresas estatais e realizar concessões de serviços públicos ao setor privado.

A- Fazer análise comparativa das melhores práticas e casos de sucesso no Brasil (níveis federal, estadual e municipal).

B- Realizar inventário das empresas e/ou serviços do Estado passíveis de privatização ou concessão, desde que não se trate de empresas estratégicas na administração pública.

C- Estabelecer um plano de venda de participação de estatais mineiras em empresas fora do Estado.

D- Fazer modelagem acionária de participações nas empresas estatais mineiras para viabilizar a venda de participações minoritárias.

E- Aprovar as medidas legislativas necessárias, inclusive para assegurar segurança jurídica às operações.

F- Assegurar gestão especializada e profissional das operações de privatização e concessão.

G- Otimizar a geração de recursos pelas empresas estatais através de administrações estritamente profissionais, modernas e competitivas.

3º EIXO

ALONGAR A DÍVIDA E REDUZIR AS DESPESAS DE FORMA CONTROLADA

1 Reduzir o tamanho da estrutura administrativa estadual, para que ela caiba nas reais possibilidades do Governo do Estado:

A- Avaliar a essencialidade e a economicidade de todos os órgãos, empresas e autarquias vinculadas ao Governo do Estado no atual contexto de crise econômica e de escassez de recursos públicos.

B- Planejar a racionalização e a compactação da estrutura administrativa e a redução dos cargos comissionados.

C- Extinguir todos os órgãos públicos que perderam a função ou que representem um “luxo” face à atual situação de insolvência e déficit estrutural do Estado.

D- Modernizar ou criar ferramentas e processos que garantam ao Estado uma visão precisa quanto aos recursos empregados na previdência e remuneração do funcionalismo.

2 Avaliar e racionalizar todas as obras do Estado:

A- Auditar todos os contratos de obras com o Estado de Minas Gerais.

B- Estabelecer plano de prioridades para a manutenção e expansão da infraestrutura, considerando: os empreendimentos paralisados; os projetos de engenharia prontos ou em andamento; licenciamentos e desapropriações.

C- Suspender ou cancelar obras com evidências de irregularidades e/ou que sejam supérfluas em face ao contexto atual do Estado.

D- Dar continuidade às obras consideradas essenciais e que tenham recursos assegurados.

E- Reconhecer os débitos legítimos do Estado em atraso com as empresas executoras de obras e negociar um plano de quitação desses débitos.

3 Consolidar, renegociar e gerir o perfil da dívida do Estado junto às prefeituras e convênios com o terceiro setor e fornecedores:

A- Auditar e consolidar todos os débitos relacionados a convênios e a contratos de obras, serviços e suprimentos do Estado.

B- Adequar e negociar as obrigações financeiras relacionadas às dívidas com fornecedores a fluxos de caixa realistas, com horizonte plurianual.

C- Reestruturar o endividamento em tempo, custo, garantias e índices de ajuste como atividade contínua e prioritária, primando pelo respeito fundamental aos compromissos assumidos e às práticas de mercado.

D- Contar com inteligência externa, voltada ao ajuste e à seleção da melhor estratégia, para uma negociação eficaz.

E- Criar e manter um Portal para divulgar o endividamento e a sua evolução, bem como todo detalhamento de contratações, amortizações, pagamentos de juros e comissões relacionados.

4 Reduzir e controlar as despesas com previdência, pessoal e demais custeios:

A- Atuar decisivamente para a inclusão da Previdência Estadual na Reforma da Previdência pública nacional.

B- Auditar e renegociar todos os contratos de prestação de serviços de terceiros.

C- Minimizar a frota de veículos do Estado e o uso de imóveis alugados pelo Estado.

D- Fazer com que a falta de dinheiro seja adotada, pelos gestores públicos, como estímulo para que busquem alternativas para inovar e usar o que é possível e permitido pela lei:

- Para isso, recrutar gestores de alto nível, habituados a pressões derivadas da escassez e cuja resposta seja baseada na inovação e na capacidade de replicar, respeitando a nossa cultura, e a eficiência.

5 Conclamar os demais Poderes ao um esforço multi-institucional e cooperativo pela busca do equilíbrio fiscal.

“Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.”

Ulysses Guimarães

3 | SERVIÇOS PÚBLICOS

São muitos os princípios que devem reger a prestação de serviços pela Administração Pública e nenhum é mais importante que outro. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, qualidade, regularidade, segurança, universalidade, continuidade, entre outros, que a legislação determina e a doutrina descreve, todos devem ser igualmente observados, pois têm o objetivo de nortear a satisfação concreta das necessidades coletivas.

São os serviços públicos, quando bem prestados, que asseguram aos cidadãos uma rede de proteção social, que lhes conferem segurança, bem-estar, educação, promoção social e econômica, assistência nos mais diversos níveis que incumbem ao Estado. Tendo essa essencialidade em vista, nossa proposta é a de trabalhar para normalizar, regularizar a prestação de serviços para que estejam sempre disponíveis para quem precisar acessá-los. E trabalhar para garantir a qualidade desses serviços, para que todos os cidadãos que vivem ou estejam em Minas Gerais possam se sentir amparados e cuidados com respeito e com qualidade. Ao contarem com essa rede de proteção, os mineiros poderão se dedicar a atividades produtivas e que gerem bem-estar para si e para suas famílias e reencontrar a dignidade e a certeza de vislumbrar um futuro melhor. Por tudo isso, os serviços públicos encontram lugar como um dos pilares do nosso Plano de Governo.

Também vamos manter o diálogo permanente com as entidades representativas dos servidores e com as principais lideranças não organizadas de todas as categorias.

SAÚDE

Para o bem da população, precisamos superar o padrão de conflito entre o Governo de Estado e os municípios na área da saúde. É preciso promover uma maior cooperação entre as partes, recuperando a confiança por parte dos municípios na legitimidade e na capacidade de liderança, parceria e articulação do Governo do Estado.

Para tanto, pretendemos:

- Regularizar os repasses aos municípios na área da saúde.
- Aprimorar o diagnóstico das necessidades de saúde da população mineira.
- Fortalecer a regionalização e a integralidade da oferta de serviços de saúde. Isso vai evitar que as pessoas tenham que se deslocar grandes distâncias para ter acesso a serviços especializados e de alta complexidade.
- Recuperar o papel do Estado na coordenação e no apoio aos municípios nas ações coletivas de combate a doenças. O objetivo é assegurar a continuidade dessas ações, especialmente para reduzir conflitos evitáveis. Entre 2015 e 2016, por exemplo, cresceu em cerca de 10% o número de crianças de 1 a 4 anos cujas mortes poderiam ter sido evitadas. Um retrocesso que precisa e pode ser revertido.
- Ter maior eficiência na aplicação e na fiscalização dos recursos disponíveis, para que sejam otimizados.
- Promover políticas públicas que estimulem os profissionais de saúde a atuarem nos municípios mais remotos.
- Planejar e agir para responder aos desafios decorrentes do envelhecimento da população. Em 2033, Minas deverá ter mais idosos do que crianças. Isso exigirá programas e políticas específicos para atender às necessidades desse segmento da população. Isso inclui, principalmente, a promoção de hábitos saudáveis e prevenção a doenças desde já, além da priorização do acesso ao diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças associadas à idade.

- Instalar a “Rede Minas de Saúde”, um mecanismo ágil e integrado pelos municípios, que será responsável por orientar usuários, por meio de aplicativos, quanto às melhores soluções de atendimento para a demanda apresentada.

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

Em 2016, 4.622 pessoas foram assassinadas em Minas Gerais, o quarto lugar em números absolutos de homicídios, que atingem especialmente os homens jovens (de 15 a 29 anos): foram 92,0 mortes por grupo de 100 mil nesta faixa etária. (IPEA: Atlas da Violência 2018)

Esses números expressam a tragédia que é a perda de milhares de vidas, gerando grande sofrimento para as famílias envolvidas e para a sociedade em geral. E o quadro geral de violência acaba se refletindo nos nossos presídios: a população prisional de Minas é a segunda maior do país e a superlotação é uma realidade. Em 2016, eram 68.354 presos para 36.556 vagas. Destes, 57,8% encontravam-se em situação provisória, o sexto maior percentual do país. (INFOPEN 2018)

O que fazer para responder a esse quadro? Não há uma única resposta, mas uma combinação de ações, propostas em três eixos:

1 Redução da criminalidade

- Promover um intenso trabalho de articulação entre o Governo do Estado e os municípios. E entre estes e o Governo Federal para o combate à violência e ao crime organizado que desconhece fronteiras.

- Estimular a atuação integrada entre as Polícias Militar e Civil, equipando-as com novas tecnologias e ferramentas de análise de dados e ampliando a capacidade de resposta das equipes investigativas e ostensivas, para também responder ao crescimento das ocorrências nas cidades do interior e nas zonas rurais.

- Melhorar os indicadores das investigações de homicídios e mortes violentas com causa indeterminada, que passa pela ampliação do esforço de investigação, o que exige uma Polícia Civil mais equipada e preparada para a realização desse objetivo.

- Recuperar a capacidade do Estado na realização de despesas na Segurança Pública. Entre 2015 e 2016, houve redução de 32,4% nas despesas com policiamento; de 49,3% nas de Defesa Civil e de 64% nas despesas com informação e inteligência (Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2017).

- Trabalhar intensamente na prevenção à violência com resultados de curto, médio e longo prazos: identificar os focos mais graves, atuar para reduzir os índices e para difundir a cultura de não violência na resolução de conflitos. E apoio aos pré-adolescentes e adolescentes de famílias mais vulneráveis, oferecendo atividades esportivas, de cultura e

de treinamento profissional. No longo prazo, a educação de qualidade será básica para a política de segurança.

- Disseminar a troca de experiências e de boas práticas, tais como a promoção de ações de “tolerância zero” e o policiamento comunitário.
- Estimular a criação e a integração de Centros de Operações nos grandes municípios do Estado, com transferência de tecnologia para todos eles.
- Promover a distribuição do efetivo das forças de segurança e inteligência do Estado, visando combater a violência nas zonas rurais.

2 Sustentabilidade do sistema prisional

- Aumentar a efetividade da atuação do Poder Público nos presídios para assegurar a integridade física dos detentos e criar condições para que seja evitada a adesão a facções. Disseminar o uso de tecnologias de detecção para impedir o ingresso de armas, de drogas e de celulares. Realizar todo o esforço, conjuntamente outras esferas de poder, para reduzir o número de presos sem condenação.

- Viabilizar formas de financiamento do sistema prisional: Minas ocupa, hoje, a 13ª colocação entre todos os estados em relação ao déficit carcerário (Ranking da Competitividade, 2017). É preciso desenvolver arranjos econômicos que tornem o sistema prisional mais viável, como o modelo PPP (Parceria Público-Privada).

3 Integração das ações do Sistema de Proteção e de Defesa Civil com as pastas de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

- Celebrar Planos de Contingência Regionais para gestão do risco de desastres. Melhorar a coordenação de ações do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar de Meio Ambiente e de Trânsito, para fomentar ambientes econômicos sustentáveis, atrativos e seguros.

- Aumentar a efetividade do Sistema Nacional de Proteção e de Defesa Civil no Estado, para fomentar a maior participação dos órgãos do sistema, a transversalidade das políticas públicas e a integração dos projetos.

EDUCAÇÃO

A educação é tema central da agenda do desenvolvimento de Minas Gerais. Sem ela, não há solução duradoura para a superação de nossos desafios. Precisamos preparar nossas crianças e jovens para o futuro, melhorando o desempenho delas.

Especialmente, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas quais nossos estudantes não têm atingido as metas propostas pelo IDEB. Tão importante quanto mantê-los na escola é garantir que eles aprendam. Para tanto, vamos buscar:

- Cooperar com as Prefeituras no aumento da oferta de vagas da Educação Infantil: será avaliada a possibilidade de cessão de espaços ociosos em prédios públicos, inclusive

escolas estaduais. Hoje, 69,1% das crianças de até 5 anos estão fora da escola (IBGE – PNAD 2017). Isso prejudica o desenvolvimento delas e impede que os pais trabalhem.

- Incentivar as Prefeituras na adoção de modelo alternativo de assistência pedagógica infantil em domicílio: onde não for possível criar escolas de imediato ou enquanto estas são construídas, pode-se adotar esse modelo, principalmente em áreas mais isoladas. Nesse formato, há professor, material didático próprio e projeto pedagógico. Durante algumas horas por semana, os professores interagem com as crianças nos domicílios delas, por meio de dinâmicas, para que elas recebam estímulos pedagógicos básicos ao seu desenvolvimento.

- Melhorar os resultados ao longo do Ensino Fundamental: em Minas, cerca de 38% dos alunos da 3ª série do Ensino Fundamental apresentam um nível “insuficiente” de leitura (ANA 2016). O nível de repetência também é alto e cria verdadeiros “funis de aprendizagem” e estimula a evasão no futuro. Vamos atuar em conjunto com os municípios para superar esses problemas. Vamos tornar a escola mais atrativa e garantir a infraestrutura e a alimentação adequadas para os estudantes. Os professores serão preparados para lidar com as exigências desse nível de ensino. E os alunos serão acompanhados pela escola, identificando problemas no ambiente familiar que levam à evasão e coordenando esforços para evitá-la.

- Estimular nossos jovens a ingressarem no Ensino Médio e a nele permanecerem: vamos oferecer metodologias diferenciadas para levar o jovem a refletir sobre suas práticas e para prepará-lo para conviver democraticamente com a diversidade que o cerca. Vamos oferecer o aprendizado de habilidades relevantes para o mundo do trabalho e valorizar o seu protagonismo na sociedade.

- Desenvolver um novo Ensino Médio voltado para a formação profissional: com a nova BNCC - Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, será possível adaptarmos os currículos para oferecer conteúdos voltados à formação profissional. Assim, os jovens estarão mais bem preparados para continuar estudando ou para trabalhar. A nova BNCC exigirá, ainda, mudanças na formação dos professores, que precisarão ser capacitados a trabalhar por área de conhecimento.

- Atingir as metas projetadas no IDEB: procurando atuar sobre os múltiplos fatores associados ao desempenho dos estudantes.

- Valorizar permanentemente o professor, para que a escola pública seja sinônimo de qualidade: vamos atuar para garantir que eles encontrem condições de trabalho adequadas, com acesso à formação continuada, requalificação e aperfeiçoamento. Tudo fundamentado nas melhores práticas pedagógicas e nas mais modernas ferramentas de ensino. O objetivo é que se sintam motivados e sejam catalisadores do processo de transformação da escola.

- Enfrentar o desafio da melhoria da infraestrutura das escolas estaduais e apoiar as prefeituras na busca de fontes de financiamento que viabilizem a melhoria das escolas da rede municipal de ensino.
- Promover a profissionalização da governança central e regional: para conferir mais eficiência e efetividade à formulação e implementação de políticas educacionais e da microgestão. Ou seja, do “chão da escola”, onde o diretor tem papel fundamental e cuja atuação precisa, cada vez mais, ser qualificada.
- Ampliar a cooperação das Instituições de Ensino Superior do Estado com as secretarias estadual e municipais de Educação: essa cooperação terá o objetivo de identificar e de disseminar práticas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo, ainda, para o aperfeiçoamento da formação e da qualificação do professor.
- Aumentar a oferta de ensino técnico profissionalizante para os jovens, tanto para a formação quanto para o aperfeiçoamento de mão de obra. Uma das formas será aproveitar a eventual ociosidade de instituições de ensino ou equivalentes. Outra será ofertar cursos de acordo com o potencial e as peculiaridades de cada região.

EMPREGO E RENDA

A geração de emprego e de renda depende de um ambiente econômico favorável. Por essa razão, um dos pilares do nosso Plano de Governo é voltado inteiramente para o crescimento econômico. Temos o compromisso de criar as condições no Estado, por meio de um amplo conjunto de políticas, projetos e ações, para que Minas volte a ser atrativa para os investidores e empreendedores. E, assim, volte a oferecer oportunidades de trabalho e de geração de renda para os mineiros.

Além disso, a própria retomada de investimentos do Governo Estadual em infraestrutura, principalmente por meio de concessões, já irá criar um ambiente mais favorável para a empregabilidade.

Essas e outras medidas estão presentes ao longo do documento e, certamente, os mineiros, no médio prazo, verão as oportunidades surgirem.

HABITAÇÃO

O déficit habitacional não pode continuar sendo visto como um problema numérico, a ser superado pela provisão em massa de unidades habitacionais genéricas. Além do envolvimento firme do Estado com os municípios, é preciso estabelecer uma estrutura técnica para desenvolver os projetos habitacionais. Assim a tomada de decisão será centrada nas opções específicas da comunidade e nas condições de infraestrutura urbanística ou fundiárias disponíveis nas localidades.

A política habitacional do Estado será direcionada às famílias com renda entre 0 a 3 SM, utilizando-se de mecanismos de financiamento já existentes via BNDES e outros, priorizando:

- Desenvolver uma estrutura técnica de Estado para apoiar as prefeituras e cooperativas no desenvolvimento de projetos habitacionais.

- Apoiar os municípios na elaboração e implementação dos Planos Municipais de Habitação. Isso vai incluir a proposição de mecanismos que incentivem a participação da sociedade em consultas públicas eficazes e que garantam a transparência nos investimentos realizados pelo Poder Público.

- Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais.

- Apoiar os grandes municípios na formulação de planos diretores, que incorporem instrumentos do Estatuto das Cidades, capazes de gerar recursos destinados à habitação de baixa renda.

SANEAMENTO E ABASTECIMENTO

Em 2016, apenas 82% da população mineira era atendida por sistemas de abastecimento de água, percentual abaixo do registrado em outras grandes economias do país. (Instituto Trata Brasil, 2018)

De acordo com dados da Copasa, os investimentos da empresa em abastecimento de água e sistemas de esgoto sanitário caíram expressivamente a partir de 2014, passando de R\$ 865,1 milhões para R\$ 340 milhões em 2017. (Copasa – Plano Plurianual de Negócios 2018-2022).

A ampliação da oferta desses serviços é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos mineiros, com impacto direto no meio ambiente e na saúde. Por isso, trabalharemos para:

- Melhorar os indicadores operacionais e de qualidade do abastecimento de água e de saneamento, especialmente a cobertura de domicílios atendidos nos meios urbano e rural, os índices de coleta e de tratamento de esgoto e a eficiência das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE.

- Planejar as prioridades de investimento, ampliando e melhorando a qualidade do gasto.

- Estimular um número maior de prefeituras a desenvolverem os seus planos municipais de saneamento.

- Estimular vigorosamente os investimentos privados em saneamento.

ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

As políticas públicas na área de assistência e inclusão social devem estar voltadas à diminuição da vulnerabilidade em suas diversas dimensões. Exemplos: a insegurança de renda, decorrente da precária inserção no mundo do trabalho; a falta de moradia adequada, com abastecimento de água limpa e saneamento básico; a falta de acesso a serviços de saúde; a falta de vagas nas escolas, entre outros.

Para tanto, propomos:

- Promover políticas voltadas para a população mais jovem, com baixa qualificação profissional, em situação de vulnerabilidade social.
- Promover programas e ações para combater a violência doméstica, com a implementação de programas para proteção e apoio as vítimas.
- Ampliar a oferta de serviços de abastecimento e de coleta e tratamento de esgoto.
- Combater a mortalidade infantil: Minas Gerais tem a terceira maior taxa entre as sete maiores economias do país - 13,5 mortes a cada mil nascidos vivos em 2016.
- Diminuir o número de crianças e de jovens fora da escola, combatendo, ainda, o analfabetismo.
- Combater a desigualdade entre educação pública e educação privada, visando aumentar o nível de conhecimento técnico dos alunos da rede pública de ensino.
- Combater o trabalho infantil.
- Combater praticas trabalhistas abusivas – análogas a escravidão.
- Promover programas e ações que ampliem e apoiem a diversidade, como forma de incluir, de reduzir os preconceitos e de respeitar as diferenças.
- Ampliar programas e ações para a população idosa.
- Promover o chamamento da população para a institucionalização de políticas públicas de gestão voltadas a Juventude, formalizando um pacto do poder executiva pela Juventude de Minas Gerais.

CULTURA

A política cultural deve expressar a riqueza, a diversidade e a criatividade dos mineiros, sendo capaz de preservar a nossa tradição e, simultaneamente, identificar e apoiar novas tendências e movimentos.

Deve ser entendida como um instrumento fundamental do desenvolvimento sustentável. Na medida em que um povo respeita e se orgulha dos seus saberes e fazeres, da sua história, de suas origens e de suas formas de expressão artística, será um povo com dignidade e autorrespeito, capaz de ter maior protagonismo na construção de seu próprio destino.

Para tanto, vamos:

- Dialogar de forma permanente com cada região do Estado, identificando suas vantagens competitivas, que devam ser estimuladas.

- Apoiar a desburocratização, reestruturação e democratização do acesso a incentivos, facilitando a descentralização territorial.
- Dar suporte à criação de novos centros de excelência do audiovisual, criando um ambiente de formação de startups, com enfoque na produção de artes, conteúdo para internet, games, animação.
- Valorizar as ferramentas de produção e distribuição audiovisual presentes no estado. Tal como, a TV Minas e a Radio Inconfidência.

ESPORTE

O apoio ao esporte se iniciará na escola, como forma de oferecer atividades saudáveis, integrativas e que permitam o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Além disso, será um instrumento importante para proteger as crianças e os jovens mais vulneráveis dos apelos do crime e das drogas.

Para tanto, vamos:

- Apoiar os municípios na implantação de programas e iniciativas voltados a nossas crianças e jovens. Isso inclui o incentivo ao uso das escolas intensivamente para atividades físicas, culturais e lúdicas.
- Criar condições adequadas de trabalho, de modo que o esporte seja utilizado profundamente como ferramenta de transformação social e pessoal dos Jovens.
- Estimular as competições que promovam a participação e a integração da comunidade escolar (alunos e seus pais, educadores e gestores).
- Incentivar os municípios a firmar parcerias com clubes recreativos privados, abrindo espaço para crianças de escolas públicas e idosos em programas de vida ativa.
- Ampliar o ambiente de prática de esportes em zonas de vulnerabilidade social ou com elevados índices de violência.
- Estabelecer diálogo permanente com as federações e entidades representativas de todas as atividades esportivas, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento e ampliação das atividades esportivas como um todo.

4 | CRESCIMENTO ECONÔMICO

Não existe bem-estar social sem desenvolvimento econômico. A razão de ser do Estado, neste momento de Minas, é pavimentar o futuro de médio e longo prazos para que a chance de bem-estar social, alicerçada em um modelo realista e transparente, seja significativa.

Uma política de desenvolvimento econômico deve, entre outras premissas, estimular as regiões menos desenvolvidas, sem negligenciar o potencial de rápido retorno que pode ser gerado por uma ação inteligente do Estado nas regiões mais dinâmicas.

No curto prazo, especialmente nos dois primeiros anos do próximo governo, cabe garantir, de forma inovadora, a cooperação dos setores e agentes da economia, da administração, dos poderes legislativo e judiciário, para que a sociedade mineira possa respirar em um ambiente governado pela determinação na busca da expansão da economia, em todas as regiões do Estado.

A responsabilidade fiscal será a premissa. Inexistem experiências de sucesso onde foi preterida. Ao contrário. O que se observa é um grande sacrifício das sociedades onde não foi respeitada e usada em prol do bem comum. Inclusive, todos os ganhos derivados da inclusão e da redução das desigualdades podem ser perdidos sem a sua estrita observância, como vem ocorrendo de 2013 até os dias de hoje.

Devemos, também, eliminar rapidamente todos os entraves burocráticos à implantação de novos empreendimentos e à expansão dos existentes. Como sabemos, o ponto de partida não é bom. Minas, hoje, infelizmente, é o 3º pior Estado do país em termos de solidez fiscal, com a 4ª pior posição em capacidade de investimento. Apesar e por causa disso, tendo a responsabilidade fiscal como compromisso absoluto, será necessário reorganizar os recursos disponíveis em um modelo de gestão que faça uso de todo o potencial instalado.

Assim, as funções essenciais do Estado poderão retornar à normalidade em breve tempo, com realismo e visão crítica voltada às prioridades da população, ao respeito às leis e princípios consagrados na administração pública de qualidade.

A reorganização dos recursos disponíveis não pode, no entanto, ser a única frente para o alcance do que se propõe. Minas, ao buscar novas fontes e formas para irrigar os orçamentos, hoje asfixiados, deve:

- Perseguir intensamente as trocas com outras economias dentro e fora do Brasil. É necessário rever com urgência as razões pelas quais os investimentos têm se afastado do território mineiro e estudar as que tornaram outras regiões mais atrativas, menos hostis aos empreendedores e a seus objetivos estratégicos, sem perder a dignidade e a racionalidade.

- Determinar ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais a pesquisa de todas as possibilidades de investimento na região Norte e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

- Rever, com urgência, a matriz tributária mineira, propondo, já no primeiro ano de mandato, a redução drástica de assimetrias em relação a todos os setores produtivos, no Estado e fora dele, em relação às unidades mais competitivas da federação.

- De forma análoga, rever a matriz de subsídios/incentivos e procurar identificar, não somente assimetrias quanto aos vários regimes existentes, mas também e principalmente aquelas em relação aos resultados obtidos pelos estados líderes, em cada setor beneficiado.

- Simplificar a estrutura e as rotinas para que os serviços à sociedade atinjam os objetivos de forma economicamente mais eficaz e perceptível à população, no que tange à

abreviação dos tempos de atendimento, à coordenação entre os órgãos da administração, à redução ou eliminação de eventuais desperdícios, à segurança das informações e à abrangência uniforme de todas as regiões do território.

- Ter o Estado, em suas funções essenciais, agindo como um coordenador ágil e presente, onde, de fato, os instrumentos de governo possam fazer a diferença, ao invés de uma onipresença difusa e pouco eficaz, que procura estar em tudo, impedindo a criatividade e o desenvolvimento das ações inerentes à iniciativa privada e à economia de mercado.

- Levantar com clareza as prioridades para a manutenção e expansão da infraestrutura. Neste mesmo esforço, rever empreendimentos paralisados ou abandonados, projetos de engenharia prontos ou em andamento, licenciamentos e desapropriações. Finalmente, comparar o conjunto com: prioridades x recursos necessários x recursos investidos x recursos disponíveis (linhas existentes + linhas prováveis + concessões + PPPs) e criar um plano específico para a infraestrutura. E não relegar a manutenção ao segundo plano em nenhuma circunstância.

- Incentivar e auxiliar o refinamento do ecossistema voltado ao sucesso das startups com proveitos claros para empresas e centros de pesquisa. Centrar esforços na instalação de centros de pesquisa no Estado voltados à satisfação das necessidades das empresas que poderão apostar em Minas.

- Considerar como parceiros fundamentais todas as entidades representativas de empresários e trabalhadores, tanto na formulação como na implementação dos planos regionais e no planejamento econômico macro do Estado.

AGROPECUÁRIA

O grande desafio que se apresenta para a agropecuária mineira é o aumento da produtividade. É preciso fazer mais com os recursos à disposição. Para atingir esse objetivo, propomos:

- Elaborar uma política pública articulada e clara para a agricultura e a pecuária, tanto sob a perspectiva do agronegócio quanto da agricultura familiar. Para tanto, é preciso ampliar a inteligência estratégica dos setores voltados a essas áreas, evitar sobreposições de ações entre os diversos órgãos de governo e aperfeiçoar processos, oferecendo segurança jurídica e previsibilidade.

- Melhorar a infraestrutura logística: diversos estudos indicam um expressivo crescimento da demanda por alimentos ao longo dos próximos anos. Será indispensável que tenhamos um projeto logístico para absorver esse crescimento e aumentar a competitividade da agropecuária mineira. Vamos avaliar formas de ampliar, em parceria com o Governo Federal e com o setor privado, a construção e a manutenção de estradas (principais e vicinais), ferrovias e hidrovias, para mais eficiência no transporte e no armazenamento de insumos e da produção.

•Ampliar a integração entre a agricultura e meio ambiente: no âmbito do Governo do Estado, vamos promover maior interação e a colaboração entre essas áreas. Os objetivos principais são orientar os agricultores sobre procedimentos e práticas e ampliar o poder fiscalizador do governo. Vamos adotar medidas de desburocratização, como, por exemplo, a criação de um “balcão único”, onde o produtor poderá receber orientação sobre a instrução de seus processos, encaminhando-os e resolvendo-os.

•Promover a segurança hídrica para que o acesso à água não se torne mais um gargalo à produção: grande parte do Estado é caracterizada como não impermeabilizada. É preciso aproveitar esse potencial para o armazenamento, o manejo e a conservação da água. Para tanto, vamos formular políticas, programas e ações que garantam a segurança hídrica nos seus diversos fins. No caso específico da agricultura, nosso objetivo é intensificar o uso sustentável das reservas de água disponíveis, para aliar produtividade à sustentabilidade.

•Promover programas e ações visando à preservação e recuperação de nascentes, córregos e rios, bem como combater a erosão e outras ações danosas ao solo. Vamos estimular o uso de maquinários adequados para a topografia das propriedades, aumentando a produtividade da força de trabalho.

•Ampliar o incentivo à pesquisa: vamos apoiar intensamente atividades de pesquisa em entidades que estejam comprometidas com o aumento da produtividade da agropecuária, especialmente nas escolas agrícolas. Isso inclui o aperfeiçoamento genético das variedades dos principais grãos produzidos no Estado, o estímulo ao uso da tecnologia no campo (sistemas de informação, incluindo “internet das coisas”). Também vamos incentivar pesquisas para minimizar os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de grãos, especialmente do café; Minas Gerais detém 54% da produção nacional. No caso da pecuária, vamos promover a melhoria permanente das condições sanitárias dos rebanhos, habilitando-os à conquista de mais mercados externos.

•Promover a melhoria das condições de oferta da energia elétrica: a qualidade e a estabilidade do fornecimento de energia são condições indispensáveis à atividade produtiva rural. Para isso, vamos buscar a ampliação da eletrificação rural. Vamos, ainda, avaliar medidas para reduzir os tributos que incidem sobre a energia fornecida às propriedades rurais, pois as alíquotas atuais afastam a implantação de empreendimentos intensivos no uso de energia elétrica. Eles acabam migrando para outros estados, onde o ICMS tem alíquotas menores. Além disso, deve-se explorar o potencial que as propriedades rurais tenham para geração de energia, facilitando, inclusive, a venda de eventuais excedentes.

•Explorar fontes alternativas de energia: incentivar, em estreita articulação com o Governo Federal, o uso de novas fontes de energia, o que inclui biocombustíveis, biogás e o uso das energias eólica e solar no ambiente rural.

•Solucionar o passivo de regularização fundiária no Estado: especialmente para as comunidades tradicionais, tais como geraizeiros, ribeirinhos, quilombolas, entre outras. E

promover o diálogo permanente com essas comunidades, como forma de resolução de eventuais conflitos.

- Ampliar programas e ações específicas visando à saúde do produtor rural.
- Ampliar e desburocratizar os programas de compras institucionais de alimentos da agricultura familiar no Estado: voltados à merenda escolar e outras compras governamentais, aumentando o número de agricultores beneficiados.

INDÚSTRIA

Temos assistido, nas últimas décadas, a uma desindustrialização crescente de Minas Gerais e do Brasil. Registramos uma queda dramática da participação da indústria no total do valor agregado; um aumento do distanciamento tecnológico em todos os grupos do setor manufatureiro e dos déficits comerciais dos setores tecnologicamente mais nobres.

Nos comprometemos a:

- Incentivar e fomentar o desenvolvimento do setor de alimentos e bebidas: por gerar grande efeito multiplicador em outros setores da economia mineira, com forte capacidade de transbordamento para outros Estados e para o exterior.
- Apoiar a inovação, de maneira integrada, entre empresas, universidades e institutos de pesquisa estaduais e municipais.
- Oferecer ao empresário investidor em Minas, existente ou entrante, um canal de interlocução único com o Governo de Minas para facilitar a iniciativa de investimento.
- Articular as ações de atração de investidores entre todos os órgãos da administração direta estadual: e, quando necessário, envolver os municípios e as instituições públicas estaduais e municipais, de forma a garantir apoio e agilidade ao interessado.
- Atuar como parceiro das empresas mineiras na interlocução com órgãos governamentais federais e internacionais na busca de seus interesses setoriais.
- Reduzir drasticamente a burocracia e os entraves ao estabelecimento e à expansão de empreendimentos empresariais no Estado.
- Estimular a criação e o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, conforme as vocações regionais, através de suas cadeias produtivas que demandam maior escala para seu desenvolvimento. E incentivar a qualificação científica, tecnológica e competitiva dos APLs, voltados para o atendimento de padrões internacionais.

MINERAÇÃO E METALURGIA

O enorme estoque de ativos minerais do Estado, cobiçado e explorado desde o século XVII, deve gerar benefícios de forma mais equitativa para o Estado e para a federação. Isoladamente, o setor de extração responde por 4,75% (média dos últimos 10 anos) do PIB do Estado, por mais de 50% dos metais metálicos extraídos no país e por quase 30% da produção de minérios no Brasil.

Embora sejam produtos sujeitos a variações de demanda e a cotações internacionais, o setor mineiro-metalúrgico é majoritário na pauta de exportações do Estado: minério de ferro (32,67%); produtos de ferro, aço e tubos (5,9%); ferro nióbio (5,29%); ouro em barra (3,23%); ferro fundido bruto (1,86%); minério de ferro peletizado (1,57%); e outros (1,05%).

Somente o setor extrativista gera mais de 65.000 empregos (aproximadamente 10% do total nacional), com uma renda per capita anual 70,8% maior que a média do Estado. E envolve, direta e indiretamente, 8% da população residente de Minas.

A indústria metalúrgica mineira é a mais importante no país, responsável por mais de 30% do aço produzido, 56,5% do ferro-gusa e 23,7% dos fundidos, mantendo o emprego de mais de 60.000 pessoas diretas. Entretanto, o desenvolvimento do setor e a sua sustentabilidade enfrentam sérios desafios, porque geram conflitos ambientais, sociais e econômicos complexos e contínuos.

São muitas as questões que precisam ser enfrentadas pelo governo do Estado, que vão além daquelas relacionadas aos resíduos da escavação, da poluição generalizada e a suas consequências na biodiversidade. A degradação ambiental gerada pelas atividades de extração mineral e da indústria de transformação associada e o impacto social e cultural nas comunidades direta e indiretamente atingidas são questões permanentes, embora muitas vezes negligenciadas.

É preciso implementar uma forte política de Estado para o setor mineiro-metalúrgico que construa um ambiente favorável à ampliação e à competitividade do setor, de forma sustentável, mas estabelecendo objetivos de mitigação e de solução dos seus impactos ambientais negativos.

Para tanto, vamos:

- Desenhar forte política de incentivo ao desenvolvimento de cadeia produtiva de produtos derivados da atividade minerária, além da cadeia do minério de ferro: ouro, terras raras, pedras preciosas e semipreciosas etc.

- Incentivar a modernização das indústrias de ferro-ligas do Estado: para ampliar sua capacidade técnica e estrutural para a produção de silício grau solar, utilizado intensivamente na produção de painéis solares.

- Incentivar a instalação de cadeia produtiva industrial a partir do grafite e do grafeno.

- Incentivar o uso de nióbio pela indústria metalúrgica de Minas, para gerar produtos de maior valor agregado.

- Estimular a ampliação da oferta de cursos de preparação de gestores de pequenas e médias empresas e novos empreendedores.

- Criar políticas tributárias que privilegiem a comercialização de produtos de origem no Estado.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em pleno século XXI, que vive um processo de transformação tecnológica inédito, possuir uma agenda de inovação e de criatividade é indispensável e urgente, porque Minas Gerais está caminhando a pé na estrada para o futuro, enquanto várias regiões do país viajam em velozes veículos e, o resto do mundo, em potentes foguetes.

Ocupamos o 13º lugar em investimentos nessa área, atrás de São Paulo (7,83%), Paraná (4,36%), Santa Catarina (4,14%), Paraíba (3,60%), Bahia (3,56%), Rio de Janeiro (3,23%), Rio Grande do Norte (2,78%), Amazonas (2,72%), Mato Grosso (2,49%), Distrito Federal (2,45%), Sergipe (2,38%) e Ceará (2,26%).

As prioridades serão:

- Aumentar o percentual de investimento em CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) pelo Estado de forma gradual, de acordo com a saúde financeira do Estado, até que se equipare aos valores relativos aplicados pelo Estado líder nacional em 4 anos (2019-2022).
- Desenhar um Planejamento Estratégico de CT&I em Minas para os próximos 5 anos, tendo em vista o novo Marco Regulatório de CT&I do Governo Federal.
- Fortalecer o papel agregador do Estado para o estímulo à criação de núcleos de inovação em torno das competências tecnológicas do Estado (seja por seus recursos naturais ou por seus conhecimentos desenvolvidos).
- Estimular os investimentos que visem a desenvolver e a atrair pessoas qualificadas: serão elas que vão gerar novos conhecimentos, inventar e/ou usar novos produtos e processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos.

INFRAESTRUTURA

Os investimentos em infraestrutura atraem outros de forma exponencial. Em benefício do desenvolvimento econômico, é necessário:

- Listar emergências quanto a estruturas, cuja precariedade necessite de intervenção prioritária ou mesmo interdição, constituindo um capítulo independente do plano de ação para a infraestrutura.
- Pensar na infraestrutura necessária ao próximo momento da tecnologia, mas, igualmente, priorizar as demandas básicas do Estado que ainda não foram atendidas, como saneamento, água tratada para a população e para o desenvolvimento do agronegócio, oferta coerente de energia elétrica de qualidade.

- Repensar todos os grandes empreendimentos (existentes e futuros) para enquadramento nas modelagens mais favoráveis à participação de terceiros, tanto na implantação quanto na operação através de concessões e PPPs.

TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Devido à grande extensão territorial do Estado, é de extrema importância a estrutura dos sistemas de transporte como fator de integração e de desenvolvimento social e econômico. Considerando as assimetrias regionais, econômicas e sociais, a questão logística torna-se vetor estratégico em qualquer planejamento de Governo do Estado de Minas Gerais:

Além de ser um fator condicionante de progresso social e econômico intrínseco, a estrutura logística do Estado poderia exercer um papel estratégico para o desenvolvimento da região, devido à sua localização geográfica em relação ao Brasil e à América Latina. O Estado de Minas Gerais possui mais de 5 mil quilômetros de malha ferroviária, o que equivale a 17% da rede ferroviária brasileira, constituída de linhas com bitolas métrica e larga que dificultam as integrações intra e intermodais do sistema ferroviário.

A configuração da rede ferroviária entre as diferentes regiões mineiras apresenta fortes desigualdades de oferta e na densidade de vias férreas. Por outro lado, o transporte ferroviário de passageiros em Minas Gerais é praticamente inexistente. O Estado possui aproximadamente 700 quilômetros de malha hidroviária, dividida entre trechos navegáveis do Rio São Francisco e trechos navegáveis dos Rios Paranaíba e Grande. A hidrovia do São Francisco é a única que apresenta uma atividade regular de transporte de carga entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA).

A captação de recursos destinados para todos os problemas apontados passa inexoravelmente por parcerias com o setor privado, seja através de concessões ou PPPs.

Portanto, as prioridades são:

- Criar amplo Programa de Concessões e PPPs para atrair e viabilizar os investimentos privados em infraestrutura no Estado.
- Negociar com o Governo Federal a ampliação e a restauração das rodovias federais, mediante a transferência delas para a administração do Governo do Estado de forma sustentável.
- Aumentar a interlocução com os órgãos do Governo Federal envolvidos na aprovação, liberação e controle dos temas relacionados à infraestrutura de transporte e de logística, de forma a agilizar o trâmite dos processos.
- Envolver as autoridades municipais, entidades setoriais e empresas privadas com as soluções de otimização da malha viária do Estado, bem como o estabelecimento de prioridades e outras providências.

MEIO AMBIENTE

É obrigatório que o governante estadual conduza as ações de estímulo ao desenvolvimento econômico e social de maneira responsável, fomentando a utilização eficiente do potencial estratégico de seu patrimônio ambiental.

Minas Gerais, antes denominado “caixa d’água” do Brasil, tem sofrido fortemente os impactos da mudança climática e do uso irresponsável de suas bacias hidrográficas. Isso tem gerado escassez para a população e para as atividades econômicas da agropecuária e para a geração de energia.

O tratamento e a destinação do lixo e dos resíduos de maneira geral, por sua vez, não mereceram, ainda, atenção e tratamento adequados para mitigar os impactos negativos no meio ambiente e na saúde da população. E ainda existem 622 municípios sem Plano Municipal de Saneamento.

Assim, temos o compromisso de respeitar e de proteger o meio ambiente, para que os nossos recursos sejam usados e explorados com racionalidade e em prol do bem de todos, incluindo as gerações futuras. Investindo no reequilíbrio de áreas degradadas, de nascentes, rios, córregos, matas, florestas, na redução da poluição do ar, dos cursos de água, do solo e do subsolo; e na preservação de todas as formas de vida, animais e vegetais, fundamentais para o nosso ecossistema.

E teremos como prioridades:

- Criar um programa prioritário de ajuda aos municípios para formalização de seus planos municipais de saneamento básico em até 2 anos.
- Estimular a maior autonomia dos municípios nas decisões sobre meio ambiente, com amplo apoio da estrutura do governo estadual: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).
- Aumentar a agilidade na análise dos processos de licenciamento ambiental, tenham eles resultado positivo ou negativo: com a devida transparência, através de um único portal de atendimento ao empreendedor para consulta e manifestação dos processos de licenciamento.
- Padronizar procedimentos e metodologias de análise e dar ampla divulgação, oferecendo mais transparência e segurança jurídica aos processos de análise de licenciamento ambiental. Isso permitirá diminuir eventuais subjetividades na instrução dos processos. Vamos também integrar os sistemas e os cadastros da área de meio ambiente, consolidando indicadores que possam ser utilizados na avaliação dos riscos ambientais dos empreendimentos.
- Atualizar o mapa hidrográfico mineiro, das nascentes e das bacias para identificar o potencial navegável e a capacidade dos mananciais no abastecimento de água potável.
- Assumir o protagonismo e a influência no Programa de Revitalização do Rio São Francisco do Governo Federal.
- Assumir papel ativo no acompanhamento das ações de recuperação do Rio Doce.

- Estimular a formação de consórcios públicos para gestão de resíduos sólidos entre municípios do Estado.

- Alterar a destinação dos recursos advindos de multas e penalidades por acidentes ambientais, para que sejam aplicados nos municípios e áreas atingidas.

TURISMO

Pela própria natureza de suas atividades, o setor de turismo tem encadeamentos importantes com o resto da economia. Entretanto, com relação a emprego, é o setor que oferece as piores condições de trabalho, remuneração, qualificação e escolaridade que a média dos setores de serviços, além de elevada informalidade e sazonalidade.

A evolução futura do setor de turismo no Brasil dependerá, em grande medida, da evolução da renda e dos investimentos em infraestrutura. Tratando-se de uma atividade com produto de elevada elasticidade-renda, o crescimento do setor tende a superar o crescimento da renda.

Em Minas Gerais são mais de 400 mil pessoas diretamente envolvidas com o turismo, que recebe cerca de 28 milhões de turistas e gera receita superior a R\$ 16 bilhões/ano. Com nosso enorme potencial de parques naturais, patrimônio histórico e cultural, diversidade ambiental e de negócios, podemos dinamizar o turismo, ampliando as estruturas básicas para que sejam capazes de melhor comportar os fluxos turísticos.

Nesse sentido, vamos:

- Promover o turismo de negócios, o ecoturismo sustentável e o turismo cultural: a gastronomia mineira, as manifestações culturais regionais tradicionais e populares, o artesanato e o circuito histórico, no Estado, no Brasil e no mundo.

- Desenvolver projetos de formação para os profissionais do turismo, em parceria com os municípios, especialmente para aqueles que lidam diretamente com o público, a fim de estimular a boa recepção aos visitantes.

- Modernizar os Centros de Atenção ao Turista e expandir sua concepção como serviço ao turista.

“Um sonho sonhado sozinho é um sonho.
Um sonho sonhado junto é realidade.”

(Raul Seixas)